



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Mundo do trabalho.

Cooperativas no capitalismo contemporâneo: possível chave para a reestruturação produtiva

Érika Flávia Soares da Costa¹
Gabriela de Almeida Silva²
Nathália de Lourdes Fernandes Correia³

Resumo: O presente estudo intenciona compreender cooperação dentro da história do modo de produção capitalista, na busca de relacionar sua origem – abordada pelo próprio Marx em sua obra O Capital – às expressões do movimento cooperativista assumidas pelos trabalhadores no transcurso histórico. Para tanto, será considerada a origem do movimento cooperativista e sua remodelagem em função dos interesses capitalistas e o lugar que os trabalhadores têm ocupado em todo esse processo produtivo e representativo. A metodologia utilizada para a elaboração do presente texto foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Trabalho Cooperado; Movimento Cooperativista; Reestruturação Produtiva; Capitalismo Contemporâneo.

Cooperatives in contemporary capitalism: a possible key to a productive restructuring

Abstract: The present study intends to understand cooperation within the history of the capitalist mode of production, in the search to relate its origin - approached by the own Marx in his work The Capital - to the expressions of the cooperativist movement assumed by the workers in the historical course. In order to do so, the origin of the cooperative movement and its remodeling will be considered in terms of capitalist interests and the place that workers have occupied throughout this productive and representative process. The methodology used for the elaboration of this text was the bibliographical research.

Keywords: Cooperative Work; Cooperative Movement; Productive Restructuring; Contemporary Capitalism.

Introdução

Talvez pensar o movimento cooperativista dentro do modo de produção e sociabilidade capitalista demande um olhar mais cuidadoso do que simplesmente encará-lo de maneira unilateral, como puramente uma opção estratégica e emancipatória que tem por finalidade a promoção de alterações na relação de subordinação ao capital e nas relações dominantes do mundo capitalista.

¹ Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: <erikaflavia2006@gmail.com>.

² Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: <gabrieladealmeidaa@hotmail.com>.

³ Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: <nathalia.fernandesc@hotmail.com>.

A origem das cooperativas marcou o movimento da própria classe trabalhadora em busca de alternativas ao desemprego estrutural, ocasionado pelas crises capitalistas. Pois, ao que será debatido nesse trabalho, notar-se-á que o fomento das cooperativas deu-se ao longo da história, especialmente, nos momentos de crise, como uma estratégia do próprio capital para reerguer-se.

Marx debruçou-se sobre o tema, explicando o trabalho cooperado, o lugar que este ocupa dentro do processo produtivo, no capítulo da cooperação em *O Capital*. A cooperação assume diversos momentos históricos, pensada pelos trabalhadores como uma estratégia propriamente pensada por eles – como de fato –, porém, no transcurso social acaba sendo cooptada pelo sistema capitalista para responder necessidades do mesmo.

Nesse sentido, será observado no decorrer do texto, especificamente, o lugar que o capital tem dado às cooperativas e as funções às mesmas delegadas, através da ação dos trabalhadores que, por sua vez, sentem-se por algum tempo donos do negócio, seus próprios chefes, quando na verdade a cooperativa acaba não passando de uma capa onde está envolvida a verdadeira face do capital.

Um pouco da origem da cooperação no modo de produção capitalista

Falar em cooperativas no capitalismo contemporâneo pressupõe que exista ciência acerca de como as mesmas surgiram dentro do bojo do desenvolvimento capitalista, em resposta à quais necessidades e por parte de quem se deram as primeiras iniciativas. Tudo isso, pressupõe um debruçar na história do modo de produção vigente e um olhar crítico para identificar os elementos que compõem o movimento cooperativista. Minimamente será realizado um percurso histórico, pois, um maior aprofundamento merece maior espaço de tempo para ser executado.

Para Marx (2013), a produção capitalista começa em um momento histórico determinado, fato é que algumas iniciativas marcaram a história da sociedade capitalista com elementos que já sinalizavam para um rompimento que, por sua vez, estaria se iniciando em direção ao declínio do feudalismo em direção a uma maneira de produzir, denominada de capitalismo. Porém, a despeito dos elementos sinalizadores desse novo modo de produzir, a produção capitalista em si só inicia quando o capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, nesse momento o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa quantidade expressivamente maior do que o que vinha

sendo observado até então.

O que Marx sinalizava quando chegava a tal conclusão era o fato de que com maior número de trabalhadores ao mesmo tempo e alocados em um mesmo lugar, estando estes sob o comando do mesmo capitalista, tinha-se o ponto de partida da produção capitalista, pois, o que se tinha por oficina do mestre-artesão fora agora ampliada, e o que inicialmente aparentava apenas uma diferença quantitativa traz mudanças progressivas na relação do trabalhador com a esfera produtiva.

Para o modo de produção capitalista desenvolver-se, consolidar-se e ganhar corpo como o que temos nos dias atuais, diversas foram as estratégias utilizadas para que o mesmo conseguisse se realizar e manter-se explorando ao máximo e economizando também ao máximo no processo produtivo. Para tanto, uma das estratégias de implementação capitalista fora a própria cooperação.

[...] a jornada de trabalho total de um número maior de trabalhadores empregados simultaneamente, dividida pelo número desses trabalhadores, resulta numa jornada de trabalho social média. Digamos que a jornada de trabalho do indivíduo seja de 12 horas. A jornada de trabalho total dos doze homens simultaneamente empregados será, então, de 144 horas, e mesmo que o trabalho de cada um dos doze homens possa se desviar mais ou menos do trabalho social médio, pois cada um consome mais ou menos tempo para realizar a mesma operação, ainda assim a jornada de trabalho de cada indivíduo, como 1/12 da jornada de trabalho total de 144 horas, possuirá a qualidade social média. (MARX, 2013, p. 398)

A medida utilizada pelos capitalistas para conseguirem uma jornada de trabalho social média dentro do processo de cooperação, apontada por Marx na citação a cima, configura-se como um dos benefícios para o capitalista uma vez que se utiliza da cooperação na esfera produtiva. Na visão do autor, esse tipo de organização do trabalho é importante no processo produtivo do capital, pois, de acordo com os escritos do mesmo teórico, a lei geral da valorização só é possível de realizar-se em sua plenitude para aquele produtor individual se este produz como um capitalista, quando este emprega muitos trabalhadores simultaneamente, dessa forma ele coloca em movimento o trabalho social médio abordado na citação supramencionada. Relevante salientar que nesse processo de trabalho, observa-se uma revolução em suas condições objetivas, no momento em que há o emprego simultâneo de um número maior de trabalhadores, mesmo o modo de trabalho permanecendo o mesmo.

As medidas utilizadas pelo capitalismo para se consolidar em seu pleno desenvolvimento abarcam diversas formas de economia como, por exemplo, a economia no

uso dos meios de produção. Num primeiro momento, com o barateamento de mercadorias, conseqüentemente diminuindo o valor da força de trabalho. Num segundo momento, no modo da modificação da relação estabelecida do mais-valor com o capital total adiantado, ou seja, a soma de valor dos seus componentes constante e variável (MARX, 2013).

O capitalista consegue alcançar esses objetivos de economia justamente pela utilização da forma de trabalho onde os muitos indivíduos trabalham de maneira planejada uns ao lado dos outros, e em conjunto, inseridos no mesmo processo de produção ou mesmo em processos de produção diferentes, entretanto, em conexão, tal maneira de trabalho Marx denomina cooperação. Com tais estratégias o capital busca não somente aumentar a força produtiva individual através da cooperação, mas, sobretudo, objetiva-se a criação de uma força produtiva que tende a ser uma força de massas.

Dentre os vários benefícios trazidos pela modificação ocorrida na esfera produtiva, está o fato de que o objeto de trabalho percorre o mesmo espaço em menos tempo. O que pode ser notado na história do capitalismo é que nos muitos ramos da produção existem momentos de criticidade, ou seja, épocas em que se obtêm resultados determinados do trabalho através das estratégias e possibilidades encontradas pelo capitalismo para fazer a manutenção de seu *status quo*. O que torna a cooperação uma estratégia de produção e otimização do tempo e custos para o capital é justamente a sua capacidade de combinar jornadas de trabalho com o número de trabalhadores aumentado⁴.

Os meios de produção são essencialmente importantes no processo produtivo, bem como a sua concentração em grandes quantidades, pois, determina – especialmente para capitalistas individuais – a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, para a própria extensão da cooperação, escala da produção, depende desse processo de concentração e em quais medidas se dá (MARX, 2013).

É relevante lembrar a real motivação do processo de produção capitalista, pois, é única e exclusivamente a sua autovalorização que torna possível a manutenção e nutre de sentido o sistema do capital. Portanto, a maior produção de mais-valia e a máxima exploração do trabalho pelo capital é o que importa no fim de tudo. Quanto à função do capitalista nesse processo, Marx salienta o fato de que,

⁴ Sobre o assunto, Marx (2013) pontua justamente esse fator quando afirma que um indivíduo não consegue retirar de sua jornada de um dia de trabalho 12 horas, porém, a cooperação fará muito mais que isso quando 100 indivíduos se colocam à realizar esse trabalho, expandindo a jornada de 12 horas a uma jornada de 1.200 horas, fazendo com que o campo da produção seja beneficiado exponencialmente, pois, quando o trabalhador coopera com outros trabalhadores de forma planeja, consegue superar suas limitações individuais e desenvolver sua capacidade genética.

[...] O comando do capitalista não é apenas uma função específica, proveniente da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo, mas, ao mesmo tempo, uma função de exploração de um processo social de um trabalho, sendo, por isso, determinada pelo antagonismo inevitável entre o explorar e a matéria-prima de sua exploração. Da mesma forma, com o volume dos meios de produção que se apresentam ao trabalhador assalariado como propriedade alheia aumenta também a necessidade do controle sobre sua utilização adequada. A cooperação dos assalariados é, além disso, um mero efeito do capital que os emprega simultaneamente. (MARX, 2013, p. 406-407)

Nas palavras de Marx, o que coloca o capitalista na função de gerenciador do processo produtivo é justamente o fato exato de este ser capitalista, pois, o comando sobre a produção não pode ser delegado – dentro da lógica do capital – a ninguém mais que não seja o próprio capitalista.

Um dos fatores mais interessantes apontados por Marx no capítulo da cooperação⁵ em O Capital é justamente a relação que se estabelece entre trabalhadores e capital, pois, ao passo que este trabalho estabelece a relação de subsunção ao capital, este não pertence mais a si mesmo. Esse movimento ocorre quando o trabalhador insere-se no processo de trabalho e é incorporado ao capital. Enquanto cooperadores, o modo de produção consegue reduzi-los à meramente um modo de existência específico do capital. Historicamente, a classe trabalhadora reajusta suas formas de alienar sua força de trabalho, porém, sua condição de subsunção ao capital continua intacta desde que o modo de produção capitalista instaurou-se na sociedade. Porém, faz-se necessário rememorar a posição assumida por esses trabalhadores, ou operários, ou proletários, como queira denominar, no processo produtivo e reprodutivo do capital no percurso histórico.

Nesse plano histórico, o que cabe salientar também é a forma como o próprio sistema cooperativo com seu uso – à medida que o controle e direção passam a ser exercidos pelo capital – perde o pleno controle do processo produtivo por parte do trabalhador, ou seja, à determinado período do desenvolvimento capitalista em que inicia-se a separação entre o planejamento e a execução direta do trabalho, a este fato denomina-se manufatura. Nesse processo que se estabelece exige-se do trabalhador certa especialização em determinada

⁵ Há necessidade em ponderar quanto ao lugar da cooperação dentro do modo de produção capitalista, pois, a mesma coincide com a produção em maior escala, entretanto, esta não se constitui em uma forma fixa, portanto, característica de um período particular de desenvolvimento do modo capitalismo. A cooperação, exposta por Marx, continua a ser a forma básica do modo de produção capitalista, a despeito de sua configuração simples aparecer como forma particular ao lado de formas mais desenvolvidas (MARX, 2013).

tarefa, nada mais do que o surgimento da própria divisão do trabalho por segmento da estrutura produtiva, tal processo de modificação na esfera da produção caracteriza-se por específicas fragmentações do trabalho e especialização do trabalhador⁶ (CABRAL JUNIOR, 2002).

Tristão (2011) destaca as formas apontadas de cooperação pelo próprio Marx e salienta o fato de em cada uma dessas formas de trabalho social a cooperação ter forma/ou conteúdos diferentes. Pois, nas duas primeiras formas de trabalho social – cooperação simples e especializada – apresentam-se aspectos peculiares quanto à cooperação entre trabalhadores, ou mesmo trabalhador coletivo, frente à grande indústria.

Enquanto o conhecimento científico constrói-se e acumula-se, historicamente, é, também, absorvido pelos interesses capitalistas, e utilizados para o desenvolvimento das forças produtivas, que atua diretamente na esfera da produção. Tais avanços, provenientes do desenvolvimento das forças produtivas do capital interfere de tal forma na produção que causa estranhamento na relação com o trabalhador, porém, na maquinofatura o processo acontece de forma diferente, pois, materializa-se no elemento objetivo da produção, ou seja, nos meios de produção, de maneira reificada (TRISTÃO, 2011).

Tudo o que se tem por desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes das formas sociais do trabalho aparecem numa relação de independência do trabalhador individual, lhes surgindo reificados, ou seja, surgindo como produto do próprio capital. Nas palavras de Tristão: “reafirma-se, com a subsunção real do trabalho, o caráter reificado e atomizado da sociedade capitalista que, de forma fetichizada, se coloca diante dos homens” (TRISTÃO, 2011, p. 21).

O mais incrível de tudo isso no tocante ao desenvolvimento das forças produtivas é a inegável relação e dependência do trabalho coletivo, mesmo que as forças produtivas tenham desenvolvido ao ponto de substituir muito do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que se percebe é que não há como desprezar esse trabalho vivo na forma do trabalho coletivo, pois, a maquinaria só pode funcionar se esta forma de trabalho estiver presente, seja na forma de trabalhadores intelectuais ou manual, todos possuem relevância em seus postos de trabalho dentro do processo produtivo capitalista.

Ao estudar o trabalhador e as modificações ocorridas em seu processo de trabalho,

⁶ Acerca do mesmo assunto, Cabral Junior (2002) observa, no processo de desenvolvimento das forças produtivas, o fato de que a única mercadoria que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista é a sua força de trabalho, o que deixa claro que nessa e nas posteriores modificações na produção a base do sistema produtivo é justamente a cooperação, a força e a habilidade do trabalhador. Na maquinofatura, a forma capitalista de cooperação baseia-se na utilização das máquinas.

cabe afirmar a complexidade que envolve o bojo da esfera produtiva do capital. O trabalhador individual e sua metamorfose em trabalhador coletivo, as consequências dessas modificações impostas pela própria necessidade de o capital continuar seu processo de valorização e acumulação de lucro, tudo isso está atrelado a um campo maior, o campo relação capital/trabalho e seus complexos contraditórios.

De acordo com o preconizado por Marx, fica clara a relação imprescindível do comando do capital na relação cooperativa, requisito fundamental para o sucesso do trabalho, para o êxito na esfera produtiva. O processo de trabalho resguarda mudanças históricas que afetam diretamente a vida do trabalhador em sua objetividade, bem como em sua subjetividade, porém, as mudanças ocorrem na maior parte das vezes para o benefício da produção capitalista em detrimento das necessidades reais desses trabalhadores. Tais movimentos podem ser observados na passagem de uma forma social de produzir para outra, ao mesmo tempo em que não ocorre uma ruptura entre uma e outra, cada forma de produzir acaba trazendo resquícios da forma anterior e muitas das vezes nada mais são do que reatualizações/versões de formas anteriores de produção.

O exposto no parágrafo a cima pode ser atestado no que tange à maneira cooperada de produzir e o movimento cooperativista, este, enquanto via de mão dupla, pois, inicialmente mostra-se como intenção de ferramenta dos trabalhadores em alternativa ao capital, em contrapartida, não deixa de ser uma forma fundamentalmente capitalista de se produzir, tendo-se em vista que a mesma surge nas origens e consolidações do modo de produção, em fomento ao seu desenvolvimento, e na contemporaneidade reformula-se em função da própria manutenção deste modo de produção, quando o mesmo atravessa seu momento de reestruturação produtiva.

A refuncionalização do movimento cooperativista em favor do capitalismo contemporâneo é explicitamente reconhecida quando o trabalhador inverte sua concepção de classe, quando este, apesar de continuar a depender das estruturas e exigências vindas dos capitalistas, continuam enganando-se ao se denominarem donos do negócio, empresários, ou chefes de si mesmos. Como prova desta afirmação Marx aponta da relação capital/trabalho: “[...] a conexão entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo” (MARX, 2013, p. 406).

Cooperativas contemporâneas e a reestruturação produtiva do capital

Como vem sendo salientado desde a seção anterior, o que acontece historicamente com o movimento cooperativista é justamente um moldar-se às necessidades do capitalismo, necessidades estas que não se identificam com as necessidades reais da classe trabalhadora e da sociedade como um todo. O trabalhador tem a ilusão de ótica de que está em um patamar elevado e diferente do que vinha experimentando até então, sendo ele mesmo seu chefe, seu patrão, dono do seu negócio, no entanto, está servindo de mediação do próprio modo de produção capitalista para intervir na conjuntura na qual está inserido, conjuntura de reestruturação produtiva e manutenção de seu *status quo*.

Morais e Lanza (2010) apontam para o fato de que o grande projeto do socialismo do século XIX tinha por finalidade dar fim às classes sociais, onde seria proposta uma nova sociedade justa e igualitária, onde o homem não explorasse o outro homem, ou mesmo, que uma classe não mais explorasse a outra classe. Porém, cabe a indagação de acordo com o que foi exposto e o que tem sido discutido: realmente seria possível, na atualidade, os trabalhadores organizarem-se em cooperativas que lhes possibilitem a superação do capitalismo? Até que ponto a função das cooperativas teria essa finalidade, ou melhor, elas teriam? Bem, de acordo com o que tem sido tecido em relação à temática, pode-se caminhar para ponderações que mais se afastam do objetivo de superação do capitalismo do que se aproximam.

É importante ter-se em vista a maneira como a sociedade se constitui, a divisão em classes que a caracteriza enquanto uma sociedade desigual e exploratória, portanto, o questionamento acerca da efetividade das cooperativas inseridas nesse contexto vem à tona. O trabalhador, insatisfeito com a exploração e inseguro por estar inserido em vínculos empregatícios frágeis ou mesmo desempregados, tendem a organizarem-se de maneira à pensarem possibilidades, vias alternativas ao capital e, em determinado contexto histórico, o movimento cooperativista surge com essa intenção.

Nas palavras de Farias,

O sistema de cooperação possui o princípio de evitar o isolamento potencial dos indivíduos sociais, utilizando a participação de várias forças e capacidades, para que possa resultar num resultado final importante que individualmente seria impossível. O sistema cooperativo possui toda a estrutura funcional para que os princípios de cooperação sejam realmente aplicados com seus cooperados. Mas, no entanto o sistema funciona puramente como uma empresa capitalista (FARIAS, 2009, p. 2-3).

Contraditoriamente às reais finalidades à que se propõem desde sua origem, as cooperativas acabam por responder aos interesses pura e simplesmente do capital uma vez que, segundo o autor supramencionado, estas funcionam como uma empresa capitalista, receptoras de estruturas e regimentos de produção, previamente estabelecidas, que estão aquém da vontade dos trabalhadores cooperados⁷. O que é mais interessante de perceber nesse contexto é o fato de os trabalhadores ludibriarem-se com a ideia de não possuírem mais um patrão ao ponto de não perceberem que o processo produtivo no qual estão inseridos apenas se repaginou, porém, nunca deixou de ser capitalista, nem tampouco modificou o seu interesse em função dos trabalhadores, ao contrário, tal processo produtivo se redesenhou no intuito de justamente explorar ainda mais o trabalhador e extrair da sua produção um índice ainda maior de mais-valia.

Quando se menciona o movimento cooperativista automaticamente vem à mente a ideia de economia solidária, propagada e associada à tal movimento. Para Lanza e Morais, a economia solidária,

[...] era um projeto de subversão ao capitalismo, criar meios para que o trabalhador seja proprietário dos meios de produção e dos resultados obtidos do processo produtivo. Havia uma necessidade que precisava ser suprida, e também uma preocupação político-econômica urgente que não poderia esperar uma articulação mundial de uma grande transformação (o processo revolucionário) (LANZA; MORAIS, 2010, p. 4)

A ideia disseminada pelos adeptos da proposta da economia solidária, segundo a própria citação, recorre a tal via ao passo que desconsidera, bem como encara como uma impossibilidade, a via revolucionária pensada por Marx ao falar em superação do modo de produção capitalista. Torna-se de certa forma contraditória a proposta de subversão sem destruição, pois, subverter pressupõe justamente destruir o que está posto, derrubar, levar à ruína, tudo o que a economia solidária, bem como as cooperativas, não estão aptas a fazer.

Farias (2009) também concorda com os autores a cima, e corrobora com a ideia quando afirma que as cooperativas e suas ações estão inseridas no sistema capitalista e, portanto, pressupõe uma contradição, uma vez que as mesmas precisam estar enquadradas

⁷ Morais e Lanza (2010) sinalizam para a existência de processos distintos dentro da relação capital/trabalho, pois, uma coisa é organizar politicamente os trabalhadores empregados, outra bem diferente é proporcionar – com essa organização – uma forma de trabalho não-capitalista para aqueles em situação de desemprego ou à margem social e produtiva, e o mais contraditório de tudo isso é, dentro do próprio sistema capitalista.

nos moldes capitalistas para que consigam concorrer com as grandes empresas nacionais e internacionais. A lógica é altamente contraditória.

Os experimentos e organizações dentro da perspectiva da economia solidária surgiram como proposta de suprimir a desigualdade social, fenômeno característico-essencial do sistema capitalista, para que haja a reprodução do próprio sistema é necessário que haja esse antagonismo, portanto a desigualdade social e exploração são inerentes a lógica capitalista (LANZA; MORAIS, 2010, p. 4).

A realidade de crise e necessidade de reestruturar a dimensão produtiva do capital faz com que o progresso industrial expulse os trabalhadores e uma reabsorção pode ser prevista em tempos de expansão. Porém, “devido às necessidades imediatas, esses trabalhadores, se submetem a vender sua força de trabalho por remunerações mais baixas e aceitam atividades precárias, aumentando a taxa de mais-valia (exploração) para o empregador capitalista (LANZA; MORAIS, 2010, p. 4).

O ponto chave da afirmação de Lanza e Morais é justamente a relação de dependência do trabalhador para com o empregador, no que toca à sobrevivência biológica e social. Pois, em situação de desemprego e total vulnerabilidade os trabalhadores aceitam as mais precárias de trabalho. Com os trabalhadores que assumem a responsabilidade de levar à frente uma cooperativa acontece o mesmo, pois, nas condições já mencionadas, a fim de não perderem o emprego e unirem-se aos demais que compõem o exército industrial de reserva, aceitam as mais problemáticas condições de trabalho, por vezes são fábricas entrando em falência, com maquinário velho ou precisando entrar na inovação tecnológica. Uma vez inseridos nesse bojo, continuam – agora não mais como empregados diretos dos seus respectivos patrões – respondendo às necessidades de produção e reprodução do modo de produção capitalista, sem autonomia para de fato ser o dono dos meios de produção e controlar todo o processo produtivo.

Interessante é notar que o avanço representado pelo ideário cooperativista autogestionário deu-se justamente em momentos de crise do capital e o desemprego sempre caracterizando de forma enfática tais períodos. Apesar de aparentar contradição, esse processo é totalmente de acordo com a própria lógica capitalista, pois, o seu objetivo é o lucro, e para tanto, promove tal reestruturação da produção e gerenciamento organizacional com a finalidade de recuperar justamente essa lucratividade que fica em baixa em períodos de crise (LANZA; MORAIS, 2010).

No que toca aos elementos constituintes do sistema cooperativista (modelo capitalista) devem ser feitas as devidas ponderações em relação aos limites e reais possibilidades no que toca às interferências no modo de produção e reprodução social do trabalhador. Pois, como aponta Farias (2009), algumas “vantagens” de fato são vistas, quando comparadas ao regime capitalista em sua essência, porém, a subsunção do trabalho ao capital em momento algum desse processo deixou de existir.

No intercurso das estratégias utilizadas pelo capital muitos direitos conquistados pela classe trabalhadora são desregulamentados, os níveis de salários são reduzidos, as leis que protegem o trabalhador são remodeladas, ocasionando assim o surgimento de empregos de tempo parcial, terceirizações, trabalhos temporários e informais. Em toda essa conjuntura, fica claro o processo de precarização do trabalho, em consequência a alta da taxa de desemprego (LANZA; MORAIS, 2010).

Mediante a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a conjuntura de restabelecimento da própria economia, é perceptível o movimento do próprio capital, assim como do trabalho em busca de estabilidade. Paniago corrobora com informações acerca da organização dos trabalhadores em contexto nacional quando afirma que,

A partir dos anos 90, no Brasil, diversas experiências autogestionárias de trabalhadores passam a influir nos rumos da luta operária contra o desemprego estrutural. Tais experiências aparecem como uma solução ao problema de sobrevivência e uma alternativa de autonomia dos trabalhadores ao domínio do capital, na base da produção (PANIAGO, 2008, p. 210)

À exemplo do que a classe operária já realizou em seu amadurecimento, a história do século XX aponta para tímidos avanços no que diz respeito à construção da própria autonomia e independência de classe, pois, a história comprova seus idos de vulnerabilidade frente a cooptação do Estado, por meio de negociações de classe, tudo isso em função do bem-estar do modo de produção capitalista (PANIAGO, 2008).

Contribuindo e concordando com o que já vem sendo apontado por Paniago (2008), Lanza e Morais (2010) salientam a realidade da década de 1990, quando toca na questão da onda de desemprego quando, não por acaso, o Brasil assumiu a agenda neoliberal, escancarando seu compromisso com o livre mercado, ao passo que desregulamentou leis trabalhistas, tendo como uma de suas consequências a desestruturação do mercado de trabalho como parte do próprio processo de reestruturação produtiva.

É importante perceber a condição na qual se insere a classe trabalhadora, bem como, a força ideológica burguesa e sua eficácia no convencimento de que a economia solidária ou o movimento sejam uma alternativa ao individualismo burguês. É mediante o quadro de crise estrutural do capital, associado ao desemprego extremado e a fragmentação da própria classe proletária que se coloca a reinvenção do ideário cooperativista autogestionário que, por sua vez, entra num ciclo de ascensão e declínio de acordo com os períodos de crise e de reestabelecimento da hegemonia capitalista.

A proposição de novas experiências de democracia participativa, e a análise das possibilidades de se colocar o capital sobre controle dos interesses dos trabalhadores, adquire, portanto, significativa importância histórica, principalmente se considerarmos as derrotas que a luta pela emancipação humana, nos termos colocados por Marx n'A Questão Judaica, tem enfrentado nos últimos séculos em tentativas de natureza semelhante. Estaríamos, de fato, inovando, ou retomando velhos paradigmas da luta de classes formulados pelo reformismo do século XIX, já renovado pela social-democracia europeia durante o Welfare State, e, quem sabe, agora, novamente atualizado para atender às exigências da crise estrutural do capital e sua faceta neoliberal? Em que medida as experiências de autogestão de fábricas possibilitam à classe trabalhadora acumular forças e construir o caminho para a emancipação humana? (PANIAGO, 2008, p. 212-213)

As indagações supramencionadas são totalmente pertinentes e cabe abrir o debate acerca dos fins que de fato o movimento cooperativista tem alcançado. Cabe, também, a indagação e o interesse em entender até que ponto as experiências autogestionárias de fato subsidiam a classe trabalhadora no fortalecimento e organização política no sentido da emancipação humana, se isso de fato é possível nos moldes nos quais o processo tem se dado.

Lima (2003) trata desse assunto se posicionando no sentido de enxergar o debate sobre o cooperativismo de trabalho e produção no movimento operário e sindical do século XIX como uma divisão entre aqueles que consideravam que o movimento apresentava, sim, possibilidades revolucionárias e aqueles que acreditavam em seu caráter de reforma. O impasse para alguns se colocava justamente na indagação em que questionava o movimento cooperativista sendo ele revolução socialista ou adesão dos princípios capitalistas. Pois, ao que se percebe dentro da historicidade social, apesar de o movimento operário socialista de contestação ao capital apresentar como proposta alternativa a este o movimento cooperativista, o mesmo fora apropriado na mesma intensidade por propostas reformistas no que tange à humanização das relações entre capital e trabalho dentro do bojo capitalista. Tais

confusões nada mais fazem do que desfocar os trabalhadores do que realmente poderia ser pensado como superação do modo de produção capitalista.

A origem das cooperativas não foi ao acaso, possui funcionalidades específicas. De acordo com o autor supracitado,

Nos países em desenvolvimento, as cooperativas foram propostas por órgãos internacionais como forma de engajar a sociedade nos projetos de desenvolvimento e dessa forma aliviar as pressões junto ao Estado, também a partir dos anos 70. O caráter conservador da proposta se manifestava, na América Latina, em sua utilização, por governos militares, como forma de resolução de problemas agrários sem mexer nas estruturas dominantes. Em países do subcontinente indiano e África, é forte a presença de cooperativas dentro de programas estatais de desenvolvimento, mas poucos observam os princípios do cooperativismo, se constituindo mais como forma de geração de renda e organização de produtores rurais (LIMA, 2003, p. 7)

Relevante salientar o caso específico latino-americano a função conservadora e repressora, utilizada especificamente pelos governos militares para fazer a manutenção da estrutura capitalista e conter a própria classe trabalhadora, evitando possíveis revoltas ou manifestações que, porventura, viessem à conturbar à ordem preestabelecida.

Como já apontado, as cooperativas sempre ressurgem em períodos de crise, geralmente a utilização dessa via de escape e recomposição do capital só é utilizada em último caso, daí explica-se o cenário conturbado e problemático com o qual os trabalhadores – cooperados quando assumem a empresa em falência ou situação difícil – se deparam ao aceitarem as condições precarizadas das fábricas que, por sua vez, encontram-se na maioria dos casos em situação comercial bastante difícil, com ausência da inovação tecnológica, conseqüentemente perdendo espaço no mercado, baixa produtividade. Lançam-se desafios tremendos nas mãos dos trabalhadores que assumem essas fábricas em formato de cooperativas. Porém, a maneira como eles irão levantar tais fábricas não lhes cabe diretamente a tarefa de conduzir, pois, já ficou claro - nos autores até aqui expostos – quem continua dirigindo e comandando toda a produção capitalista.

As iniciativas conjugadas entre os órgãos estatais e os grandes capitalistas deixam clara a real motivação de todo o incentivo e investimento da figura do Estado em relação às cooperativas. Pois, uma vez incentivadas e fomentando-se a implementação das cooperativas por parte do Estado, estas são colocadas na condição de responderem – mesmo que na maioria das vezes não tenham ciência – às necessidades provenientes da crise estrutural do

capitalismo e sua importante missão de reestruturação produtiva.

Para compreender as motivações que levaram – por muito tempo – os representantes estatais ao fomento de aberturas constantes de cooperativas em municípios, principalmente naqueles de caráter sertanejo, onde assola a carência, Lima (2003) salienta que - no caso brasileiro - existe muito interesse político e econômico previsível nesse tipo de situação, pois, a sociedade ser beneficiada, em alguma medida, com a criação de empregos é apenas uma consequência da finalidade maior. Estar inseridos em postos de trabalho não significa tranquilidade e estabilidade para os trabalhadores, principalmente quando diz respeito à dinâmica de cooperativas, tendo em vista as problemáticas que as envolvem, já mencionadas anteriormente. Por um bom tempo, os sindicatos não se davam ao trabalho de discutir os problemas dos trabalhadores associados, talvez por serem ainda em número restrito, ou mesmo por estes ainda não terem se constituído um problema escancarado ao capital. A motivação real para os representantes sindicais participarem, se aproximarem das cooperativas e de suas federações fica explícita quando se observa a história da origem e desenvolvimento dos sindicatos, bem como, o processo de cooptação dos mesmos pelo Estado (LIMA, 2003).

Ao passo que os trabalhadores se organizavam no sentido de desenvolver estratégias para a própria sobrevivência dentro da sociabilidade capitalista, o movimento sindical viu a necessidade de incorporar os cooperados ao seu corpo, pois, não havia como negar o crescimento do cooperativismo no cenário de reestruturação produtiva, uma vez que o mesmo pode ser pensado como uma das estratégias de levante do próprio capitalismo, não pensado por ele, mas, fomentado e apropriado pelo mesmo.

Nota-se que todo o corpo estatal e capitalista propõe-se, de diferentes formas, em integrar a proposta cooperativista aos interesses do capital, tendo em vista que uma vez cooptada pelo modo de produção, perde de vista todo e qualquer ideal que porventura tenha passado pela ideia dos precursores do movimento, em superar o modo de produção vigente. O que torna muito difícil de alcançar objetivos para além do modo de produção vigente é conceber os empreendimentos solidários, cooperativas, numa proposta coletivista dentro do capitalismo que, por sua vez, tem o individualismo como um dos seus princípios fundamentais.

A análise das cooperativas de trabalhadores em regime de autogestão ou co-gestão, entre as demais experiências de democracia participativa, são as que evidenciam com mais clareza as contradições da relação capital-

trabalho, quando confrontadas com iniciativas de democratização do poder na organização da produção nos limites da sociedade de mercado (PANIAGO, 2008, p. 213-214)

A autora salienta as contradições inerentes à relação capital/trabalho e quando a ideia de autogestão como saída dos trabalhadores ao desemprego é colocada em questão, em consequência de não enxergarem possibilidades outras, acabam herdando empresas quebradas e com muitos problemas de mercado. Segundo Lanza e Morais (2010), o caráter de autogestão nada mais tem sido do que a desresponsabilização dos patrões que por incapacidade empresarial não sobreviveram ao capitalismo em crise, lançando para os trabalhadores os prejuízos sociais provocados por eles mesmos. A cada estratégia utilizada pelos trabalhadores com intuito de modificar a realidade capitalista que acaba sendo cooptada pelo capital para benefício próprio, fica mais evidente o que Lanza e Morais afirmam na citação abaixo.

As estratégias dessa forma de organização produtiva inspirada na socialização da propriedade privada e das sobras oriundas de todo o processo (custeio, impostos, investimentos tecnológicos e de formação dos cooperados, aluguéis, etc) se trata de uma forma de “capitalismo reformado”, de pequenas e médias unidades que servem ao grande capital, tendo em vista sua posição na cadeia produtiva ou a sua dependência dentro da economia capitalista (LANZA; MORAIS, 2010, p. 9, grifos dos autores).

Quando observadas a socialização dos ônus da crise entre os trabalhadores, aqueles que não têm nada que ver com a desestruturação da produção, dá para compreender que tais arranjos cooperativistas não passam de mais uma alternativa imposta pelas circunstâncias conjunturais – leia-se: crise - e não uma opção estratégica emancipatória, que tenha como ideal a promoção de alterações concretas na relação de subsunção do trabalho ao capital e nas relações dominantes do próprio mercado capitalista (PANIAGO, 2008). Apesar de a nomenclatura do âmbito onde o trabalhador está inserido mudar, as relações continuam hierárquicas e dependentes da empresa e do patrão, ou seja, no caso das cooperativas há um agravante, a desregulamentação enfática dos direitos trabalhistas.

Considerações finais

A história da organização dos trabalhadores em busca de sobrevivência na sociabilidade capitalista apresenta momentos em que aparentemente estes trabalhadores

estavam conseguindo alcançar seus ideais, porém, muitos outros momentos apontam para o caminho contrário. Quando se considera a origem e desenvolvimento do movimento cooperativista, fica claro que não há como conciliar pacificamente os interesses de classes antagônicas no interior de uma mesma empresa em que o trabalhador tem a função de desempenhar, em dado momento a personificação do próprio capital, em outro momento assumir a bandeira do trabalho assalariado.

É importante ter ciência de que a luta, através das cooperativas, em relação ao emprego, não reduz a desigualdade e instabilidade social. Ao contrário, cada vez mais lança para o Terceiro Setor e para a sociedade civil uma responsabilidade social que cabe ao Estado - através de políticas sociais -, favorecendo dessa forma os ganhos do capital e mantendo-se contra as ameaças trazidas pela crise estrutural.

De tudo isso, algo ganha destaque, nesse caso, é o lugar do capital em sociedade, pois, com todos os esforços por parte dos trabalhadores em superá-lo, este acaba sendo mantido e reproduzido pelas próprias empresas autogestionárias, pela própria ideia de economia solidária. A realidade do desemprego estrutural, da crise também estrutural do capital, impulsiona os trabalhadores e os próprios capitalistas à buscarem vias de escape – cada um para os seus próprios fins – em torno da sobrevivência cotidiana. Porém, com todo o dispêndio de tempo e dedicação dos trabalhadores em busca da transformação da realidade, o que se percebe é que este tem nada mais do que corroborado com a reprodução do capital. Muito mais do que aproximarem-se da emancipação, estão reforçando e provendo novas maneiras de dominação do capitalismo, porém, com o próprio apoio dos trabalhadores, consciente ou inconscientemente.

Referências

CABRAL JUNIOR, Ézio Martins. O processo de reestruturação produtiva e a terceirização. Genesis. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 111, 2002.

FARIAS, Fernando Rodrigo. As Ações das Cooperativas de Produção e suas Contradições no Sistema capitalista: Um Comparativo com o Sistema Socialista. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: Caminando en una América Latina en Transformación. 12.; 2009. **Anais...** Montevideo, 2009.

LANZA, Fábio; MORAIS, Edson Elias de. Cooperativismo e economia solidária: capitalismo reformado ou alternativas sócio-econômicas. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. 4.; 2010. **Anais...** Londrina, 2010.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: a retomada de um velho paradigma. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. 27.; 2003. **Anais...** Caxambu, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. **Revista Outubro**, edição 17, artigo 8, p. 209-232, 2008.

TRISTÃO, Ellen. O trabalho coletivo no modo de produção especificamente capitalista. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, UFRJ. **O serviço social em debate**: trabalho ou ideologia? Uma sugestão de análise. Rio de Janeiro, 2011. p. 1-25.